

## REFORMA POLÍTICA

**Roberto Rodrigues\***

A grande confusão que vive o Brasil com o processo de indefinição do impedimento definitivo da Sra. Dilma Rousseff e mais os escandalosos casos de corrupção que todos os dias chegam ao conhecimento da população, tem provocado uma inquietação crescente tanto entre os meios empresariais interessados em investir no país, quanto entre os meios políticos. Sem clareza de horizontes, não há segurança para investir e a expectativa de solução dessa questão atrasa projetos da maior importância para a retomada do crescimento com geração de empregos e de renda.

Este momento de suspense acaba trazendo ao centro das discussões um tema recorrente, que é o da Reforma Política. Aparentemente esse nosso regime presidencialista de coalisão partidária já deu o que tinha que dar, e precisa ser reformulado.

Mas qual o melhor modelo? E quem vai cuidar disso? Talvez a solução ideal seja a convocação de uma Constituinte Exclusiva, cuja única função seria mesmo fazer a tal reforma, com uma condição: nenhum de seus integrantes poderia se candidatar nas duas primeiras eleições após a promulgação da nova legislação.

E a partir daí, o novo Sistema Político deveria centrar sua atenção nos dois pilares de desenvolvimento das sociedades modernas: igualdade de oportunidades para todos, e garantia das liberdades individuais, com imprensa livre. Só isso permitiria a redução do maior tumor da sociedade civil brasileira, que é a desigualdade.

Dito isso, quais os temas a enfrentar na Reforma Política?

Talvez o primeiro deles seja o "voto distrital". Atualmente, um político que se destaca na mídia, mesmo sendo apenas um demagogo populista, leva uma enorme vantagem sobre um "colega" desconhecido do grande público. O voto distrital garantiria a proximidade do eleitor com seu representante no Parlamento, e esse teria compromissos mais reais com aquele. Além disso, as campanhas ficariam muito mais baratas, reduzindo a distância entre candidatos representantes de grandes conglomerados econômicos e aqueles realmente comprometidos com as necessidades básicas das comunidades. Isso leva à discursão do controvertido financiamento das campanhas, foco permanente de corrupção.

Outro tema curioso é o número de partidos políticos: temos mais de 30! São assim tão necessários? O que acaba acontecendo é que as diferenças programáticas e ideológicas ficam mascaradas ou sequer existem: fica tudo parecido...

As coligações proporcionais entre partidos têm permitido o aluguel de legendas e, ainda pior, a eleição de candidatos sem nenhuma expressão política: são levados ao mandato pela sobra dos votos da coligação.

O polêmico voto proporcional precisa ser revisto.

E ainda sobram as grandes interrogações: a reeleição deve ser extinta? Parece que sim: prefeitos, governadores e até presidentes, assim que tomam posse, começam a trabalhar pela reeleição. Extinguir a reeleição e aumentar a duração do mandato único seria uma boa opção.

Deve haver coincidência de mandatos entre executivos e legislativos? Isso vai virando unanimidade: senão, a cada metade de mandato de uns ocorrem eleições para os outros.

E por fim: Presidencialismo ou Parlamentarismo? Este deve ser o ponto central de uma reforma ampla. Já foram feitas consultas populares a este respeito, e o Presidencialismo sempre venceu. Mas agora ficou claro: se estivéssemos em um Parlamentarismo, a atual crise nem existiria, e já estaríamos navegando nos mares tranquilos de um novo governo, tão legítimo quanto o anterior.

É tempo de refletir com profundidade sobre esse espinhoso tema.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**